

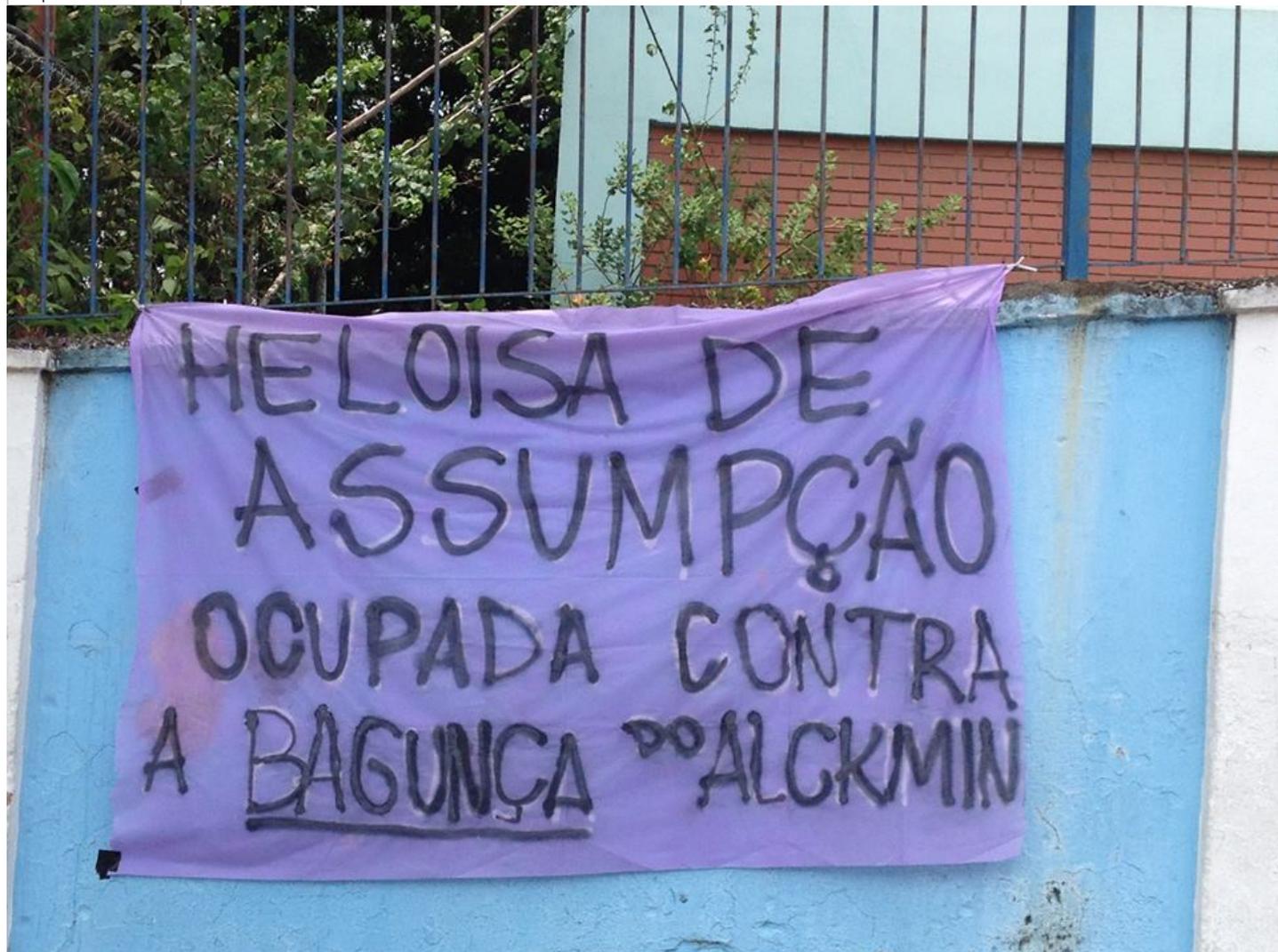
Passa Palavra

Noticiar as lutas, apoiá-las, pensar sobre elas



- [Apoiar](#)
- [Noticiar](#)
- [Pensar](#)
- [Lembrar](#)
- [PassaPalavraTV](#)
- [DOCUMENTOS](#)

Pesquisar...



Da crítica ao autonomismo à gestão do novo: o que aprendemos nas ocupações secundaristas?

[Destaques](#)

em 10 jan

[13 Comentários](#)

Tivemos que quebrar com o modo de luta que aprendemos e começar a formular outro que se adequasse àquela situação. Por Cauê Borges

Por que escrever sobre os últimos movimentos secundaristas?



Enquanto os movimentos e organizações que circundam o Partido dos Trabalhadores tentam, com todas as suas forças, segurá-lo no poder por ainda acreditarem no Projeto Democrático Popular, os recentes movimentos da juventude vem formulando novos modelos de organização e de luta por um mundo novo. As ocupações secundaristas de 2015 não foram só responsáveis por derrubar um projeto estatal e um secretário da educação, mas foram os mais significativos passos da esquerda para além de Junho de 2013, criando novas questões e resgatando velhos dilemas da luta de classes brasileira.

O socialismo, entendido aqui como concepções de organização e forma de transformação da sociedade, não é algo dado, que é compreendido após anos de estudo e depois pode ser passado adiante, numa concepção leninista quase messiânica em que a “a classe trabalhadora é iluminada pela minoria organizada”. Assim como o conjunto da sociedade, o socialismo está em constante mudança, causa necessária da luta de classes. Devemos estar sempre atentos aos movimentos de nosso tempo para compreendê-lo e agir sobre ele com uma ação realmente transformadora, sendo um erro tentar aplicar, no presente, programas e modelos elaborados para tempos e lugares totalmente diferentes.

Antes de tudo é bom deixar claro que eu iniciei minha militância nos atos de junho e logo depois entrei no Movimento Passe Livre. Particpei das ocupações como militante do GAS (Grupo Autônomo Secundarista) [1] e que no meio do processo entrou para o coletivo O Mal Educado, no qual muitos passaram pelo MPL e saíram com críticas públicas e internas. A análise e as questões que aparecem no texto são resultado de um longo processo reflexivo feito pelos que circundam o Mal Educado, portanto não é um registro da discussão do movimento como um todo.

Histórico do Movimento

No dia 23/9/2015 o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, anunciou que realizaria um projeto na área da educação a partir do ano seguinte chamado de “Reorganização Escolar”. Esse projeto consistia basicamente em fazer com que as escolas funcionassem com apenas um ciclo, ou seja, que funcionasse Fundamental I (1º ao 5º ano) em uma escola, Fundamental II (Ginásio) em outra e Ensino Médio (Colegial) em outra. Além disso, só se poderia estudar em um colégio até 2 km de distância de sua casa, fazendo com que o direito de “passe livre” nos transportes públicos fosse extinguido. Isso, na prática, significava que centenas de escolas seriam fechadas, visto que seriam agrupados muitos alunos em uma turma e muitas turmas em uma só escola. Logo quando foi anunciado o que se comentava era que se fecharia em torno de 500 escolas, porém, sem confirmação do Estado. O argumento do governo era a falta de alunos no ensino público e “estudos científicos que provam a eficiência da escola com ciclo único”, porém, aos poucos foi ficando claro que era uma questão de corte de verbas públicas relacionadas à crise econômica no país.



Logo depois do anúncio, ocorreram manifestações puxadas

principalmente pelos professores nas ruas próximas às escolas estaduais, mostrando que a pauta tinha potencial para colocar os secundaristas em movimento. Vendo isso, o coletivo O Mal Educado apostou que essa mobilização poderia ter um salto qualitativo na tática e fazer como os estudantes do Chile e Argentina fizeram, produzindo o panfleto “se fechar a gente ocupa” no primeiro ato central, 6 de outubro, chamado por estudantes no Facebook. Acreditando na forma de atos centrais massivos e contínuos, foram realizadas mais duas mobilizações centrais com 2000 e 3000 pessoas respectivamente, porém a partir desta última ocorreu um esvaziamento dos protestos centrais. O movimento estudantil evidentemente não encontrou as respostas nesses grandes atos e voltou às paralisações escolares e de seus arredores, mas evidentemente com menos força. Nós que acreditávamos na possibilidade das ocupações e que elas poderiam reacender o movimento passamos, assim, a nos dividir pelas regiões da cidade para fortalecer a luta dentro das escolas e pensar em cada região as possibilidades de ocupações.

A atuação do Mal Educado foi descentralizada, com maior foco na E.E Diadema, E.E. Fernão Dias e E.E. Salvador Allende, não sendo coincidência essas três terem sido as primeiras escolas a serem ocupadas, começando no dia 9 de novembro. Como uma explosão, a tática foi abraçada pelos estudantes e, em uma semana, pelo menos 12 escolas foram ocupadas, algumas sem interferência direta do Mal Educado. Outras organizações perceberam a possível força do movimento e iniciaram seus trabalhos nas escolas. Como já era esperado, as entidades UBES, UPES e UMES passaram a entrar nas escolas com claras intenções de dirigir de forma não democrática o movimento, encontrando uma resistência dos estudantes que não surgiu por acaso ou por simples sectarismo.

Previendo o possível aparelhamento do movimento, nós criamos uma faixa com o mote “estudantes pelos estudantes” impulsionando o movimento a criar seu próprio fórum por fora das entidades que serviram, nas últimas lutas, mais como instrumento de conciliação e apaziguamento do que qualquer outra coisa [2]. Assim, foi se criando o Comando das Escolas Ocupadas. Esse era o principal espaço de articulação das escolas, sendo uma organização que se propunha a ser construída pela base com representação direta decidida nas assembleias escolares. Desde o início, o Comando tinha legitimidade para deliberar as questões, mesmo que não tenha tido, em nenhum momento, a maior parte das escolas nas suas assembleias gerais. Isso se deu por conta da dificuldade econômica e de locomoção que são impostas aos estudantes do interior do estado, mas também havia locais em que ou não se sabia da existência ou tinham críticas à existência do Comando.

Após três semanas e com cerca de 200 escolas ocupadas, o movimento (ideia gestada no Mal Educado e posta em prática na E.E. Fernão Dias, depois discutida e aprovada no Comando) decidiu avançar taticamente e colocar suas pautas para fora das ocupações. Começando na segunda-feira 31, a tática de “travamento” das ruas com cadeiras escolares foi difundida entre as escolas, havendo 11 travamentos simultâneos já na quinta-feira. Logo na sexta-feira, o Governador suspendeu a reorganização e o secretário da educação saiu do cargo.

O que se seguiu foi um ato com mais de 10 mil pessoas no MASP, a maioria apoiadores das ocupações, e um declínio das que permaneciam ocupadas, ocorrendo a última desocupação em meados de janeiro de 2016. O comando entrou no refluxo pós-luta e perdeu sua força, não sendo mais, hoje, um espaço amplo de discussão e organização do movimento.



No mesmo momento em que a luta em SP decaía, alguns estudantes de Goiás e universitários ocupavam escolas em plenas férias com o objetivo de ter a volta às aulas com ocupações que lutassem contra o projeto de militarização e de privatização dos colégios. A mobilização chegou a 20 escolas ocupadas e o número circulou nessa margem, por causa da impossibilidade histórica de massificação do movimento estudantil quando os estudantes estão fora da escola. Faltou comunicação entre os estudantes de SP e GO, mas essa debilidade não se estendeu aos gestores da sociedade. Claramente aprendendo com os erros do governador de São Paulo, o estado de Goiás terceirizou a repressão em cima dos estudantes, colocando a própria comunidade escolar e os estudantes que estavam indecisos contra a ocupação, gerando uma instabilidade interna e uma aparência frágil. Com isso, a ação da polícia se tornou legítima para a população, mesmo sendo com relatos de maiores agressões contra os alunos, afinal, “eram um grupo de rebeldes que impediam o estudo da maioria”.

2016 e a continuidade do movimento

O momento que seria de evitar um refluxo amargo e colher os frutos desse processo de luta é interrompido pelo aumento das passagens de ônibus, fazendo com que nós estudantes, ou a “vanguarda” formada no processo, tivesse que agir e protestar, pois afinal “somos combatentes e um combatente não foge à luta”. Com a moral levantada pela vitória, pensamos que seríamos nós quem dirigiríamos a luta contra o aumento. Esse é o efeito traiçoeiro e ambíguo das vitórias concretas, pois elas têm o caráter positivo de moralização daqueles que entraram na luta, como 2013 foi ao mostrar para todos que nós podemos ganhar lutando, mas esse sentimento vem junto com a ideia de que SÓ nós, do nosso modo e com a nossa organização, podemos ganhar. Foi nesse período pós-luta que as organizações “clássicas” criticaram a forma dos novíssimos movimentos sociais, pois atuariam “sem objetivo e no imediatismo”, já esses movimentos disseram que é só à sua maneira se venceria e que aquelas organizações estariam presas aos modelos engessados não atuando na realidade etc. Ambos esqueceram que a luta de classes é dinâmica, se modifica, está em movimento e esse movimento não significa esquecer o passado, mas que o que está em construção é o presente.

Voltando à luta da tarifa, tentou-se repetir a fórmula de junho de 2013 onde o grupo-direção planeja o descontrole e a massificação do movimento através de uma jornada de atos centrais, pressionando o governo a recuar com medo da proporção desta revolta. Um texto formulado em 2014 por Caio Martins e Leo Cordeiro, que na época eram do MPL, chamado “*Revolta Popular: O Limite da Tática*” [3] já apontava que esta “fórmula de Junho” vinha sendo gestada ao longo da vida deste movimento e perdeu o seu sentido em 2013, pois foi levada ao seu limite. A luta contra o aumento de 2016, portanto, foi mais uma luta em que não se obteve nem vitórias econômicas (a redução da passagem), nem organizativas para a classe trabalhadora. Essa luta desgastou física e psicologicamente os estudantes, voltando às aulas cansados mas ainda com muito moral e “vontade de lutar” oriunda da recente tomada de consciência e de uma vitória que não saciou os anseios estudantis. Foi nesse período que mais apanhamos com o discurso “estudantes pelos estudantes”, pois reforçou um amor narcisista pela identidade “secundarista” e empoderou o discurso sectário, isolando até o próprio Mal Educado dentro do movimento. Em meio a travamentos e pequenos atos puxados pelos estudantes das escolas estaduais, o movimento começou a se desgastar em seus vícios e foi perdendo sua forma.

Junho de 2013 e o Verão Secundarista: o Espírito do Autonomismo

Após esses processos de luta, reacenderam os debates sobre o legado de junho, agora relacionado com a luta secundarista. O lugar-comum foi a culpabilização do MPL, não só pela direita nas ruas contra a Presidenta Dilma Rousseff, mas também pelos erros e vícios causados pelo “autonomismo” e sua “centralidade na tática” que limitaram o movimento secundarista. Assim, todas as questões que a realidade impôs foram jogadas fora com simples taxações e pela busca de “culpados” sem se pensar realmente sobre os dois movimentos. O importante é entender quais são as semelhanças e diferenças entre as duas lutas.



Sobre junho: O transporte não é um “local” ou “atividade” que classifica ou significa o indivíduo nesta sociedade, sendo algo que o transporta ao local de trabalho, aí sim o configurando como “metalúrgico”, “faxineira”, “estudante”.. A tática usada pelo MPL em que o central eram os grandes atos de rua, chamada de “Revolta Popular”, foi planejada anteriormente e tinha como pressuposto superar a si mesma, extrapolar os limites do movimento e isso não seria possível com uma pauta diferente do transporte, visto a sua amplitude e sua abrangência. As ruas do centro são palcos onde a plateia anseia entrar e interagir com os atores, estes que ao lutarem contra o aumento não se identificam como “metalúrgico”, “estudante”, ou seja, como um “setor específico”, mas como um “Cidadão” que quer se locomover por sua cidade e reivindicar um direito ao Estado. Todos se sentem convidados ao espetáculo e, como cidadãos, têm anseios que vão para além da pauta, estes aparecendo aos poucos e sendo alimentados pela mídia. Não é culpa do MPL o fascismo nas ruas após a revogação do aumento, este apenas encontrou nos atos e naquela forma de organização um lugar para se mostrar.

Já a luta secundarista aparentemente foi “salva” pela inovação tática em um momento que era dada como morta [4], mas não era porque não havia mais manifestações na rua que o movimento tinha acabado e não foi simplesmente a “radicalidade” da ocupação que motivou os estudantes. Se as manifestações implodiram e a ocupação se espalhou, isso quer dizer que os anseios e as necessidades de luta dos estudantes encontraram lugar não na primeira, mas na segunda tática. Quando falo em uma nova “tática”, portanto, não o digo no sentido que se tentou atribuir, como uma manobra militar, uma simples ação direta, um remanejamento de tropa, mas uma nova disposição dos atores políticos, uma nova relação entre direção e base, enfim, algo novo.



A luta estudantil tinha uma pauta especificamente relacionada ao local de estudo e a luta pela manutenção deste inculca imediatamente aos envolvidos a sua caracterização: estudantes. Tentar fazer da rua o palco de suas indignações era inviável e logo os universitários e mesmo os professores apareceram, tirando os secundaristas da cena. Como disse acima, a ocupação é onde os estudantes se enxergaram e se firmaram como um setor, podendo ter controle do movimento e dando a ele suas próprias características. Esse movimento, em certo sentido “setorial”, já não aposta mais na revolta popular, e sim no fortalecimento da categoria e o apoio externo a ela, semelhante ao que são (ou já foram) as lutas sindicais. Ignorar que a pauta, a tática e os resultados se relacionam intimamente é não ver uma luta como ela é de fato. Também, a tentativa de reduzir o autonomismo aos seus limites é mais uma manobra para ocultar suas críticas aos modelos “clássicos” de organização. É preciso, enfim, destrinchar esta tão mal falada “tendência” que se revelou forte em 2013 e permeou as últimas lutas não só no Brasil.

Diferente de um “autonomismo clássico” com bases teóricas talvez gestadas desde Maio de 68 em Paris, é possível entendê-lo como um “campo necessário que nosso tempo nos impõe”, nas palavras de um companheiro ao ser testemunha de diferentes lutas secundaristas. Podemos usar a formação do MPL como um exemplo: a Revolta do Buzu em Salvador (2003) foi um movimento principalmente secundarista contra o aumento das passagens na cidade. Como um motim, espontaneamente e sem uma organização, os estudantes saíram das escolas e pararam as ruas durante semanas pedindo a revogação do aumento. Sem aviso prévio, as entidades estudantis ligadas ao PC do B marcaram uma reunião fechada com os gestores e fecharam um acordo em que foram concedidas a meia passagem estudantil e algumas outras migalhas, em troca, as entidades garantiam o fim do movimento. Mesmo resistindo e criticando a ação oportunista das entidades, o movimento começou a perder sua força e acabou sem conseguir suas pautas iniciais. O MPL surgiu em uma crítica a esse modo de organização e criou princípios que teriam como base o movimento que estava na rua. Daria, portanto, um corpo àquele movimento para que ele fala-se por si. Assim, se tornou horizontal, apartidário e autônomo.

O MPL não é, portanto, o criador desse novo autonomismo, mas a sua formulação prática e organizativa. Surge a partir da crítica tanto ao maior partido da classe trabalhadora quanto às entidades que hoje são conhecidas por “pelegas” e conciliadoras. É um erro, portanto, colocar no autonomismo de Junho de 2013 a culpa sobre os limites do Verão Secundarista, já que haviam características em comum nas ocupações do CE, RS, RJ, SP e GO, ou seja, tanto nos lugares em que o MPL não tinha atuação alguma quanto no seu centro (SP). Já está mais que claro que a tentativa de achar culpados vinha inviabilizando uma crítica construtiva sobre o movimento. Entendido o autonomismo é possível seguir adiante.

A luta dos estudantes surgiu com essas aspirações, mas aos poucos mostrou seus limites e gerou anseios para superá-los. O processo colocou questões que ultrapassavam a lógica autonomista e, assim, expôs para nós seus limites, gerando novas questões e soluções para estes. Longe de formular respostas definitivas, tivemos que, no calor do momento, quebrar com o modo de luta que aprendemos e começar a formular outro que se adequasse àquela situação.

A primeira “quebra” com o autonomismo foi entender que, para se contrapor às entidades conciliadoras e chamadas a todo momento de pelegas, era necessário criar uma organização erguida pela base e que todas as escolas estivessem “centralizadas” nela (não com essas palavras, mas o sentido era esse), criando assim o Comando das Escolas Ocupadas. A criação deste se apresentou para nós como a melhor alternativa para o movimento, possibilitou uma união e uma contraposição concreta à UBES/UMES e realmente o foi durante um período, pois havia uma organização que reivindicava o papel de “direção” do movimento e de certa forma o “comandava”. Esse movimento foi simbólico, pois tentou unir as escolas “autônomas” em um só organismo para a luta conjunta, mas sem ignorar as características de cada escola. Seria esse o nosso próximo passo?



A segunda “quebra” foi no momento que conseguimos reverter a reorganização. O movimento estava forte, tínhamos mais de duzentas escolas ocupadas, em torno de 3000 estudantes diretamente ligados na luta e muita gente mobilizada em volta, a sensação era de que podíamos mudar o mundo. A resposta do governo vem justamente quando o movimento está crescendo, atingindo outros setores e colocando a ordem em risco. Para muitos a vitória da pauta foi um banho de água fria, o movimento parecia poder mais, nós queríamos mais, porém não podíamos. Como poderíamos, por exemplo, desembocar em algo realmente maior do que a simples conquista da pauta? Seria necessário que outros setores da classe trabalhadora entrassem em movimento e para isso seria necessário uma organização que estivesse inserida em todos os locais, articulando, planejando, estudando o momento de agir. Assim, a lógica de luta por pautas únicas, seja a reorganização, seja a tarifa zero, moradia etc... perdeu sentido para nós como **fim em si mesmas**, vimos a necessidade de algo que articule as lutas e não as deixem fragmentadas, à própria sorte.

A terceira foi fruto de uma reflexão pós-luta, onde nos perguntamos “quais são as vitórias desse movimento e para onde ele está nos levando?”. O processo de luta muda as pessoas e, nesse sentido, a ocupação é um catalisador da mudança, pois, diferente de uma jornada de luta na rua em que a batalha está sendo travada em um certo limite de tempo e espaço, a ocupação toma todo o seu cotidiano e você é levado a experimentar novas formas de relações, sendo impossível sair deste processo da mesma forma que entrou, seja um militante experiente, seja um estudante que foi pego de surpresa. A questão é que este foi um processo em certo sentido espontâneo, onde um ou dois grupos souberam conduzi-lo, portanto não estava seguindo uma estratégia ou um projeto de transição ao socialismo. O resultado desse movimento era algo em disputa não só pela esquerda, mas também pela direita e seus aparatos (poucos meses depois a Globo deu início a uma edição da novela “Malhação” em que o tema eram as ocupações). A única certeza era de que todos ali perceberam a necessidade de “lutar para garantir”, “Mas o que construímos além dessa disposição [à luta]? Milhões saíram às ruas e, de volta à casa, ao bairro, ao local de trabalho, voltaram à rotina de sofrimentos e humilhações” [5], esse sentimento dos autores do *Revolta popular* era agora sentido por nós. Já havíamos percebido que movimentos de pauta única não poderiam gerar processos de transformações estruturais, simplesmente lutar contra um projeto estatal ou por uma nova reforma não nos leva necessariamente ao socialismo.

Da repulsa à construção do novo

Após essa experiência que estremeceu as bases da nossa militância, o natural era querer se firmar como algo diferente, crítico ao espírito autonomista. Tendemos ao isolamento e buscamos um lugar para ficar, algum que tinha um projeto, entendia os limites da horizontalidade, usufruía

sem medo dos termos “direção/base”, “vanguarda”, enfim, queríamos um partido no sentido (enchíamos o peito pra falar) leninista. Não obstante, lançamos olhos esfomeados às organizações leninistas de extrema-esquerda que nos apresentavam uma cartilha pronta para atuar, nos colocariam em combate e nos ofereceriam manuais e formações sobre o marxismo. Mas aos poucos percebemos que faltava um capítulo naqueles livros, chamado “O Presente”.

Analisando mais atentamente as críticas que fizemos à lógica autonomista percebemos algo importante. Se, por um lado, o autonomismo era um obstáculo ao Comando por muitas escolas se recusarem a participar porque este teria um cunho “autoritário” que tiraria a “autonomia” de cada escola, a crítica às entidades e blindagem do comando em relação à qualquer aparelhamento por um partido vinha do autonomismo. Nos estados em que houve ocupações e que o comando foi organizado ou pelo PSTU (RJ) ou pelo PSOL e PCdoB (RS), o comando não serviu para unificar os estudantes, visto que nos dois locais se criaram “Comandos Independentes” que tentavam manter ao máximo a auto-organização estudantil. Por mais que entenda a necessidade de autoconstrução da organização e de fazer da luta concreta um caminho ao socialismo, na prática, isso tem se tornado uma limitação para os movimentos de base onde o surgimento de algo que não estava no “programa” da organização é deixado de lado e podado. Assim, mesmo que se entenda a debilidade de um movimento de pauta única, não pode, de forma alguma, ignorar que estas lutas trouxeram elementos novos e que só não são incorporados às organizações ditas revolucionárias, porque estas estão engessadas em seus velhos programas.



Longe de ter uma resposta, ficou claro para nós que as últimas grandes lutas tiveram este caráter autonomista por uma necessidade histórica de organização fora dos velhos, pelegos e engessados partidos de esquerda, mas é preciso dar o passo adiante.

Percebemos nessa luta secundarista que de fato precisamos de uma organização que atue em diferentes setores e é preciso ter um projeto de atuação, pois querendo ou não travar lutas concretas é construir um caminho, o perigo é não saber a que lugar ele nos leva. O autonomismo levou pessoas à luta e gerou coisas novas como nenhuma organização leninista havia feito a alguns anos, mas para onde essa luta está levando? Impossível saber ao certo, ainda mais quando as lutas estão fragmentadas e sem algo que as unifique. Esse programa, porém, não pode ser algo engessado, voltado para si, mas deve ser líquido, volátil, incorporando as lutas e se modificando com o tempo, afinal, ele deve ser construído pela classe, não para ela.

Notas

[1] Coletivo formado no meio de 2015 por nove secundaristas (incluindo eu) que visava criar grêmios estudantis independentes das entidades, seguindo o mesmo modelo de organização do MPL.

[2] Ver “[Teses sobre a Revolta do Buzu](#)” onde o militante Manolo analisa a atuação das entidades na luta contra o aumento em Salvador, 2003. Da mesma forma, as mesmas entidades (UBES e UNE) tentaram desarticular, em conjunto com a Prefeitura de São Paulo (PT), a luta contra o aumento das passagens em 2015, a partir de um acordo em que foi concedido o *passé livre estudantil*, tirando os secundaristas que estavam na luta naquele momento.

[3] MARTINS, Caio; CORDEIRO, Leonardo. [Revolta popular: o limite da tática](#). 2014. Acesso em: 7 agosto 2016.

[4] Um coletivo, principalmente universitário, fez uma análise sobre as ocupações onde essa idéia aparece, em que o Mal Educado realizou uma ação de grupo “jacobino-blancuista” que reacendeu o movimento. [Balanço geral da luta secundarista](#). Acesso em: 7 agosto 2016.

[5] Trecho de “*Revolta popular: o limite da tática*”.

- Todas as imagens foram retiradas da página do Mal Educado no Facebook.